

Oferta de quartos para arrendar dispara em P. Delgada mas os preços também

A oferta de quartos para arrendar em Ponta Delgada disparou para 95% no ano passado, mas os preços também subiram substancialmente.

De acordo com uma análise efectuada pelo Idealista, Ponta Delgada foi onde os quartos para arrendar mais subiram de preço, tendo disparado 42% num ano.

Em Portugal a oferta aumentou 75% no último ano.

Apesar do aumento na disponibilidade de quartos no mercado, os preços subiram 15% durante o mesmo período, custando 425 euros por mês,

A oferta subiu em quase todas as capitais de distrito, com exceção do Funchal (-66%), Vila Real (-11%) e Leiria (-2%), onde há menos quartos disponíveis para arrendar no mercado.

Por outro lado, a oferta disparou em Castelo Branco (232%), Bragança (133%), Santarém (111%), Lisboa (105%), Ponta Delgada (95%), Porto (64%), Coimbra (62%), Viana do Castelo (44%), Braga (41%), Viseu (29%), Évora (26%), Faro (23%), Aveiro (8%), e Setúbal (6%).

Já na Guarda o stock de quartos para arrendar manteve-se estável.

Apesar do aumento da oferta na maioria das cidades, os preços con-

tinuaram a subir.

Ponta Delgada foi onde os quartos para arrendar mais subiram de preço, tendo disparado 42% num ano.

Seguem-se Castelo Branco (36%), Santarém (20%), Funchal (20%), Bragança (17%), Leiria (16%), Lisboa (15%), Viseu (13%) e Viana do Castelo (11%).

Já as menores subidas de preço foram em Coimbra (7%), Braga (7%), Évora (7%), Aveiro (7%) e Porto (5%).

Em Faro e Setúbal, os preços dos quartos para arrendar mantiveram-se estáveis no último ano.

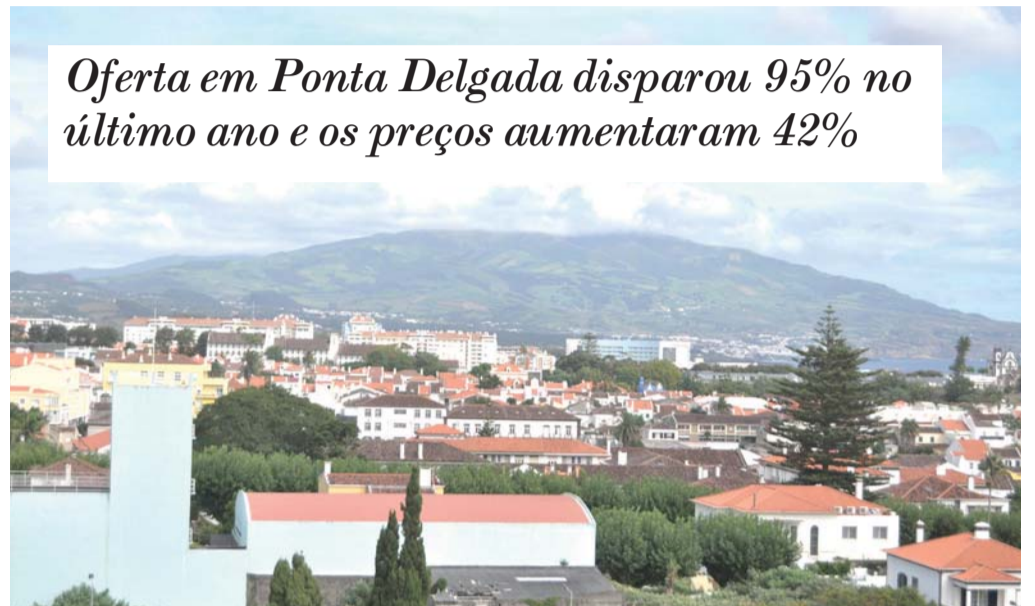
Média de 362 euros por mês em Ponta Delgada

Por outro lado, os preços desceram em Vila Real (-20%) e Guarda (-20%).

Lisboa continua a ser a cidade com os quartos mais caros, onde a média se encontra nos 545 euros por mês.

Seguem-se o Porto (400 euros/mês), Ponta Delgada (362 euros/mês), Castelo Branco (300 euros/mês), Santarém (300 euros/mês), Funchal (300 euros/mês), Viana do Castelo (300 euros/mês), Coimbra (300 euros/mês), Braga (300 euros/mês), Évora (300 euros/mês),

Oferta em Ponta Delgada disparou 95% no último ano e os preços aumentaram 42%



Aveiro (300 euros/mês), Faro (300 euros/mês), Setúbal (300 euros/mês) e Leiria (290 euros/mês).

Por outro lado, os quartos mais baratos para arrendar, encontram-se na Guarda (200 euros/mês), Bragança (234 euros/mês), Vila Real (240 euros/mês) e Viseu (260 euros/mês).

Menos 23% de interessados em Ponta Delgada

O aumento da oferta de quartos disponíveis para arrendar causou uma redução de 37% no número de interessados por quarto ao longo de

um ano.

Castelo Branco foi a cidade onde o número de contactos por quarto mais desceu, 70% nos últimos 12 meses.

Seguem-se Lisboa (-52%), Santarém (-51%), Viana do Castelo (-33%), Porto (-30%), Ponta Delgada (-23%), Coimbra (-21%), Braga (-14%), Bragança (-12%) e Évora (-1%).

Por outro lado, o número de interessados por quarto aumentou 342% no Funchal, seguindo-se Vila Real (205%), Setúbal (46%), Aveiro (40%), Leiria (34%), Guarda (17%), Faro (8%) e Viseu (8%).

HDES começa a reabrir de forma faseada

O Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) começou ontem a chamar os primeiros doentes oncológicos para o respectivo tratamento, embora ainda de forma faseada.

Ontem foi a vez de receber 26 doentes oncológicos.

Para esta semana também está prevista a reabertura dos serviços de hemodiálise, também de forma faseada, permitindo que alguns dos doentes transferidos para outras ilhas e para a Madeira possam regressar.

Os laboratórios de análises também deverão reabrir esta semana, após análise às águas.

Alguns doentes que se encontravam no Hospital da CUF, na cidade da Lagoa, também já foram transferidos para o posto médico avançado da Cruz Vermelha, no Pavilhão junto à escola Mãe de Deus, onde se encontram internados mais de três dezenas de doentes, todos transferidos da USISM.

As visitas neste posto avançado são permitidas das 13h00 às 14h00 e das 19h00 às 20h00.

Por motivos de gestão de espaço e de recursos humanos, as visitas estão condicionadas a uma pessoa por doente, com duração de 30 minutos



Conselho de Ilha de S. Miguel faz apelo

O Conselho de Ilha de S. Miguel, que esteve reunido ontem em Ponta Delgada, apelou à solidariedade do Governo da República e da União Europeia na recuperação do hospital de Ponta Delgada.

Na reunião esteve presente a Secretária Regional da Saúde, Mónica Seidi, e vários deputados, para além dos conselheiros, havendo muitas intervenções sobre as consequências do incêndio e o fu-

turo da unidade hospitalar, assim como o respectivo financiamento.

Segundo o Presidente do Conselho de Ilha, Jorge Rita, os Açores não devem ser penalizados nas suas contas regionais, caso tenha de recorrer a financiamento externo para recuperar o HDES.

FESAP apela à solidariedade da República

O Presidente da Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap) e o Presidente do Sintap/Açores apelaram à solidariedade do Governo da República para uma rápida reconstrução do hospital de Ponta Delgada.

“Apelamos ao Governo Regional e ao Governo nacional no sentido de equacionar todas as formas possíveis para que o hospital seja reabilitado tão rápido quanto necessário”, afirmou o Presidente da Fesap, José Abraão, numa conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

O Presidente da Fesap manifestou solidariedade com os trabalhadores do hospital e com todos os açorianos.

Apelou também ao Governo Regional para que mantenha “todos os postos de trabalho” da unidade

hospitalar, incluindo dos funcionários a contrato.

Também o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (Sintap) nos Açores, Francisco Pimentel, apelou à “solidariedade da República, mas também da União Europeia”, para que o HDES possa voltar a “prestar um serviço fundamental para a saúde das populações dos Açores”.

“É preciso reconstruir rapidamente e reabilitar o hospital, que é um hospital de fim de linha, de último recurso para o Serviço Regional de Saúde”, frisou.

Uma semana antes da votação do Plano e Orçamento dos Açores para 2024, Francisco Pimentel insistiu na necessidade de o documento ser aprovado, para que os funcionários da Administração Pública regional possam ter acesso à aceleração da progressão na carreira e ao aumento da remuneração complementar.

“É preciso não esquecer que estamos em Maio e esperemos é que isto seja aprovado. Fazemos um apelo aos partidos com assento na Assembleia Legislativa para que votem estas duas normas”, vin- cou.